

Quem paga a conta de Itaipu?

EDUARDO SCIARRA

Nós não podemos votar o Tratado de Itaipu apenas porque a presidente Dilma quer ser bem recebida no Paraguai. Ou porque ela não quer ferir a suscetibilidade de Lula, mantendo sua errática política externa, que esconde o desejo mítomano de ser —Lula, não o Brasil— líder regional e protagonista global.

A Usina de Itaipu é monumento não só à excelência da engenharia brasileira, mas também à sabedoria dos diplomatas e à vontade madura de integração dos nossos dois povos. Especialistas em energia e juristas renomados não se cansam de elogiar o tratado original.

Só foi possível financiar obra tão gigantesca (o custo total da construção é de US\$ 27 bilhões) graças ao megafinanciamento assumido inteiramente pelo Brasil.

Ao Paraguai coube, pelo tratado, a venda compulsória da energia não consumida, numa operação sob a responsabilidade das respectivas estatais elétricas: a Ande e a Eletrobras. Em última instância, quem paga por isso são os consumidores brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Pelos cálculos do Instituto Acende Brasil, no acumulado até março de 2010, o Paraguai já embolsou o equivalente a US\$ 4,9 bilhões (ro-

Não há motivos financeiros nem razões de Estado ou de segurança que justifiquem um presente de mais de R\$ 5 bilhões aos paraguaios

yalties, rendimentos de capital e venda de energia propriamente dita). Mais: depois de 2023 (meio século da assinatura do tratado), com a quitação do financiamento, o Paraguai será proprietário de metade de um ativo avaliado em US\$ 60 bilhões, cuja vida útil, estimam os geólogos, será superior a 200 anos.

A revisão ora proposta implica o aumento dos pagamentos anuais feitos pelo Brasil ao Paraguai de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões. Como o tratado vigora até 2023, serão 13 anos com pagamento onerado em US\$ 240 milhões ao ano, totalizando US\$ 3,12 bilhões, ou mais de R\$ 5 bilhões.

A não ser pela megalomania e pelo protagonismo do ex-presidente Lula, não há justificativas econômico-financeiras e nem razões de Estado, de segurança nacional ou sequer de caridade cristã que expliquem um presente de mais de R\$ 5 bilhões aos paraguaios.

Especialmente num momento

em que a salgada conta da farra fiscal e da gastança do governo passado, executada pelo atual ministro da Fazenda, está sendo cobrada de todo o povo brasileiro, com cortes de R\$ 50 bilhões no Orçamento, atingindo programas sociais, cancelando investimentos e aumentando impostos.

É bom lembrar também que, na recente votação do salário mínimo, o governo obrigou sua base parlamentar a rejeitar o valor de R\$ 560, alegando falta de recursos.

O Brasil pode e deve, sim, contribuir para o desenvolvimento do Paraguai, até como forma de apoiar a consolidação da democracia naquele país, seja pelo financiamento de obras de infraestrutura, seja estimulando a pesquisa e o desenvolvimento, com a Embrapa, e tantas outras formas de cooperação. Mas isso não pode se dar à custa do contribuinte brasileiro, muito menos do desajuste de contas internas.

Os brasileiros esperam que o Congresso Nacional cuide primeiro do real interesse do seu povo, rejeitando a revisão desse tratado. Pela saúde econômica do nosso país e por saberem não ser justo que sejam obrigados a pagar ao Paraguai por algo que não devem.

EDUARDO SCIARRA, deputado federal pelo DEM-PR, é vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.

Folha de S.Paulo – 06/04/2011

Artigo

Quem paga a conta de Itaipu?

EDUARDO SCIARRA

Não há motivos financeiros nem razões de Estado ou de segurança que justifiquem um presente de mais de R\$ 5 bilhões aos paraguaios

Nós não podemos votar o Tratado de Itaipu apenas porque a presidente Dilma quer ser bem recebida no Paraguai. Ou porque ela não quer ferir a suscetibilidade de Lula, mantendo sua errática política externa, que esconde o desejo mítomano de ser -Lula, não o Brasil- líder regional e protagonista global.

A Usina de Itaipu é monumento não só à excelência da engenharia brasileira, mas também à sabedoria dos diplomatas e à vontade madura de integração dos nossos dois povos. Especialistas em energia e juristas renomados não se cansam de elogiar o tratado original.

Só foi possível financiar obra tão gigantesca (o custo total da construção é de US\$ 27 bilhões) graças ao megafinanciamento assumido inteiramente pelo Brasil.

Ao Paraguai coube, pelo tratado, a venda compulsória da energia não consumida, numa operação sob a responsabilidade das respectivas estatais elétricas: a Ande e a Eletrobras. Em última instância, quem paga por isso são os consumidores brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Pelos cálculos do **Instituto Acende Brasil**, no acumulado até março de 2010, o Paraguai já embolsou o equivalente a US\$ 4,9 bilhões (royalties, rendimentos de capital e venda de energia propriamente dita). Mais: depois de 2023 (meio século da assinatura do tratado), com a quitação do financiamento, o Paraguai será proprietário de metade de um ativo avaliado em US\$ 60 bilhões, cuja vida útil, estimam os geólogos, será superior a 200 anos.

A revisão ora proposta implica o aumento dos pagamentos anuais feitos pelo Brasil ao Paraguai de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões. Como o tratado vigora até 2023, serão 13 anos com pagamento onerado em US\$ 240 milhões ao ano, totalizando US\$ 3,12 bilhões, ou mais de R\$ 5 bilhões.

A não ser pela megalomania e pelo protagonismo do ex-presidente Lula, não há justificativas econômico-financeiras e nem razões de Estado, de segurança nacional ou sequer de caridade cristã que expliquem um presente de mais de R\$ 5 bilhões aos paraguaios.

Especialmente num momento em que a salgada conta da farra fiscal e da gastança do governo passado, executada pelo atual ministro da Fazenda, está sendo cobrada de todo o povo brasileiro, com cortes de R\$ 50 bilhões no Orçamento, atingindo programas sociais, cancelando investimentos e aumentando impostos.

É bom lembrar também que, na recente votação do salário mínimo, o governo obrigou sua base parlamentar a rejeitar o valor de R\$ 560, alegando falta de recursos.

O Brasil pode e deve, sim, contribuir para o desenvolvimento do Paraguai, até como forma de apoiar a consolidação da democracia naquele país, seja pelo financiamento de obras de infraestrutura, seja estimulando a pesquisa e o desenvolvimento, com a Embrapa, e tantas outras formas de cooperação. Mas isso não pode se dar à custa do contribuinte brasileiro, muito menos do desajuste de contas internas.

Os brasileiros esperam que o Congresso Nacional cuide primeiro do real interesse do seu povo, rejeitando a revisão desse tratado. Pela saúde econômica do nosso país e por saberem não ser justo que sejam obrigados a pagar ao Paraguai por algo que não devem.

EDUARDO SCIARRA, deputado federal pelo DEM-PR, é vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.